IRRIGAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA RIQUEZA¹

Zenaide Rodrigues Ferreira²

José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho³

Esta nota tem como objetivo apresentar a linha de pesquisa acerca da irrigação e da diversificação da riqueza, com o intuito de aprofundar-se em temas correlatos da economia agropecuária brasileira, mas fundamentalmente no Semiárido, região que engloba o maior bolsão de pobreza do país.

Nesse contexto, já existem diversos produtos produzidos. O primeiro deles refere-se à elaboração do capítulo *Projetos públicos de irrigação: presença institucional, fruticultura e impactos produtivos*, que faz parte do livro *Uma Jornada pelos Contrastes do Brasil: cem anos do Censo Agropecuário*, publicado pelo Ipea no segundo semestre de 2020. O segundo trabalho é a versão ampliada do estudo como *Texto para Discussão*, que já se encontra sob apreciação do editorial do Ipea. O terceiro trabalho é o artigo submetido à *Revista de Política Agrícola* (RPA), do Mapa. O artigo foi publicado no primeiro volume de 2021 da revista.

Como os trabalhos citados não esgotam o contexto do termo de referência, a continuidade da pesquisa se dá no escopo de buscar avaliar os gastos públicos em irrigação na região Nordeste do país. Essa nova pesquisa visa contribuir para a discussão a respeito do melhor planejamento da irrigação pública por meio da avaliação da efetividade do gasto público na referida atividade. A seguir, apresenta-se uma breve contextualização da nova etapa da pesquisa.

A eficácia e a efetividade de políticas públicas estão relacionadas ao uso mais eficiente dos recursos públicos, no sentido de reduzir ao máximo a inequidade na distribuição de benefícios e de custos originados pela alocação do recurso. A avaliação adequada dessas políticas é a melhor forma de medir sua eficiência, além de acompanhar os resultados de sua execução.

Instituídos como políticas públicas, os projetos públicos de irrigação (PPIs), que correspondem a um dos instrumentos da Política Nacional de Irrigação, Lei nº 12.787 (Brasil, 2013), configuram-se como uma importante ferramenta de promoção de desenvolvimento local e regional, principalmente em regiões com baixos indicadores sociais e econômicos,

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/brua24art16>

2. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Economia Agrícola (NE2AGRO) na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea. E-mail: <zenaide.r.ferreira@gmail.com>.

3. Técnico de planejamento e pesquisa na Dirur/Ipea; diretor de programa da Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); e professor do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio (Propaga) da Universidade de Brasília (UnB) e em Economia da Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: <jose.vieira@ipea.gov.br>.

além de amenizarem o risco climático inerente à atividade agropecuária, em especial nas regiões de baixa ou irregular distribuição das chuvas.

O desenvolvimento dos PPIs é complexo, burocrático e envolve etapas onerosas concebidas por meio de recursos públicos nas fases de construção, implantação e emancipação dos projetos (Alves e Vieira Filho, 2019). A etapa de construção, que compreende a aquisição de terras e a instalação da infraestrutura de irrigação, é a mais dispendiosa. O assentamento de famílias nos PPIs também é oneroso tanto sob o aspecto financeiro quanto sob os aspectos jurídicos e culturais que envolvem esse processo.

Depois de efetuada a construção do perímetro, a manutenção e a expansão de áreas implantadas são processos relativamente menos dispendiosos, mas não menos importantes, pois são essenciais para que os PPIs atinjam um patamar mínimo de autossuficiência por meio de suporte às atividades, tais como pesquisa, assistência técnica, organizações de mercado, entre outros fatores dependentes dos recursos públicos. Isso porque é preciso garantir os investimentos necessários que viabilizem tais atividades, no caso de ainda não ter ocorrido transferência de gestão dos PPIs.

Embora oneroso, o gasto público em projetos de infraestrutura hídrica de irrigação no Brasil corresponde a uma parcela pequena nas despesas da agricultura em geral, não passando de 7% delas. A despesa pública com irrigação no Brasil caiu de forma expressiva a partir dos anos 1990. Tal queda pode ser justificada não só pelo movimento de emancipação dos projetos públicos de irrigação sob administração da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) no fim nos anos 1980 e início dos anos 1990, mas também por ser um período que marca a conclusão de implantação de diversos projetos públicos de irrigação iniciados na década de 1980 (STN, 2020).

A partir de 2002, a despesa líquida com irrigação apresentou valores anuais abaixo de R\$ 2 milhões. Comparada ao produto interno bruto (PIB) do agronegócio brasileiro, calculado pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea, 2020), em 2019, tal despesa correspondeu a 0,007% do PIB agrícola. Vale ressaltar que a maior parte da despesa pública com irrigação, uma média de 79%, foi empenhada no Nordeste, região com maior concentração de PPIs no Brasil.

A despesa pública com irrigação certamente associa-se ao desempenho operacional e produtivo dos perímetros irrigados (Alves e Vieira Filho, 2019). Avaliar esse dispêndio é uma forma de justificar o uso do recurso público em termos dos possíveis benefícios econômicos e sociais associados a tal atividade. Questiona-se: é possível melhorar a eficiência do gasto público na atividade irrigada? Portanto, a pesquisa se dá no âmbito da avaliação do gasto público com irrigação na região Nordeste, onde está localizado o maior percentual de PPIs no Brasil.

Para tanto, é importante fazer um levantamento dos principais indicadores de resultados de desempenho dos PPIs e, a partir deles, propor uma metodologia adequada para medir o alcance dos objetivos em função da alocação do recurso público. *A hipótese que norteia essa pesquisa é que a eficiência do uso do recurso público na atividade irrigada pode melhorar o aproveitamento das áreas implantadas, consolidando arranjos produtivos existentes.* Sendo assim, busca-se aumentar o debate em torno do tema central da irrigação e contribuir para o planejamento das políticas públicas em conformidade com os critérios equitativos de alocação de recursos públicos.

REFERÊNCIAS

ALVES, E. R. A.; VIEIRA FILHO, J. E. R. O que se espera da irrigação para o Nordeste? *In*: VIEIRA FILHO, J. E. R. *et al.* (Org.). **Diagnóstico e desafios da agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

BRASIL. Lei nº 2.787, de 11 de janeiro de 2013. Dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 jan. 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3hcWba5>>.

CEPEA – CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. **PIB do agronegócio brasileiro de 1996 a 2019**. Piracicaba: Cepea, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2PdYZVi>>.

STN – SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Dados orçamentários: irrigação**. Brasília: STN, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3amfojV>>. Acesso em: fev. 2020.